

TETO DO ICMS

INFORME SETORIAL

Teto do ICMS pode tirar R\$ 21 bi da Educação

O Estado de S. Paulo.

Um projeto de lei que altera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis e energia elétrica pode tirar até R\$ 21 bilhões da Educação brasileira e prejudicar os pagamentos de reajustes e bônus aos professores. Essa é a estimativa de um estudo de Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Outra pesquisa, do movimento Todos pela Educação, calcula perda de até R\$ 19,2 bilhões.

A proposta, em tramitação no Congresso, estabelece um teto de 17% na cobrança do ICMS para combustíveis, energia, transporte e telecomunicações. O texto foi aprovado na Câmara na semana passada e deve ir à análise no Senado este mês. Essa mudança provocaria uma diminuição de até R\$ 83,5 bilhões na verba anual de Estados e municípios, conforme cálculos do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Parte desse valor é destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Formado por uma cesta de impostos (o ICMS é o mais importante deles), o Fundeb é o principal

mecanismo de financiamento da educação. É por meio dele que Estados e municípios pagam professores e de onde tiram dinheiro para despesas como reformas de escolas, construção de salas de aula e projetos. “O Fundeb é usado quase em sua totalidade para a folha de pagamento na maioria dos municípios”, explica o presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia. “O risco é de não dar conta de fazer o pagamento de pessoal ou ter de diminuir outros investimentos, sobretudo nos projetos de recuperação, para dar conta da folha.”

Neste ano, o reajuste no piso salarial dos professores foi de 33,24%, segundo cálculo fixado por lei. Na prática, embora seja regra nacional, nem todos os municípios conseguem cumprir, sob argumento de dificuldades de caixa. Com a possível redução do ICMS para o Fundeb, pode crescer o número de prefeituras que mantêm os salários dos docentes congelados ou que ficarão sem dinheiro para outras compensações, como bônus a professor. “Os municípios e Estados têm feito ao longo do primeiro semestre os acordos salariais, com a perspectiva de caixa que terão”, explica Caio Callegari, pesquisador em financiamento da Educação e consultor do Todos pela Educação.

Outro efeito possível é a desistência de contratações adicionais, por exemplo de professores temporários, ou de aumento de carga horária dos docentes das redes. Projetos como os de escolas em tempo integral, que dependem de mais docentes ou jornada estendida, ficam prejudicados. “Em um momento como esse, precisaria de medidas para aumentar o investimento e não diminuir. É como vender o almoço para comprar o jantar”, critica o presidente do Consed, o secretário de Educação do Espírito Santo, Vitor de Angelo.

O projeto de lei, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), é apoiado pelo governo federal. A justificativa é de aliviar o preço de serviços que há meses vêm sofrendo alta inflação, como os combustíveis e a energia elétrica. Segundo o

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto poderá passar por mudanças para aliviar o impacto sobre o caixa de Estados e municípios, mas não há possibilidade de engavetá-lo.

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 472 – Em 06 de junho de 2022

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.